



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE ITAPORANGA**

Equipe de Correição: Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque (Juíza Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria), Anna Beatriz Queiroga Lopes Meira de Araújo, Aryoswaldo José Brito Espínola, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Ozanete Gondim Guedes Pereira e Silvana Marsicano Franca.

Jurisdição	Aguiar, Boa Ventura, Cajazeirinhas, Conceição, Coremas, Curral Velho, Diamante, Ibiara, Igaracy, Itaporanga, Manaíra, Nova Olinda, Olho D'água, Pedra Branca, Piancó, Princesa Isabel, Santa Inês, Santana de Mangueira, Santana dos Garrotes, São José de Caiana, São José de Princesa, Serra Grande, Tavares
Normativo de criação	Lei nº 8.432, de 11/06/1992
Data de instalação	13/4/1993
Data da última correição	28 de março de 2023
Período de correicionado	1º/3/2023 a 31/3/2024

Aos 17 de abril de 2024, sob a supervisão da Excelentíssima Senhora Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora **HERMINEGILDA LEITE MACHADO**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da Vara do Trabalho de Itaporanga, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 004/2024, publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico. A Desembargadora Corregedora, acompanhada da Juíza Auxiliar da Corregedoria, Larissa Leônia Bezerra de Andrade Albuquerque, e do servidor Aryoswaldo José Brito Espínola, Assistente da Juíza Auxiliar da Corregedoria,



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

foram recebidos presencialmente, na sede da Vara, pelo Juiz Titular, Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti, pelo Diretor de Secretaria, Silvano José Soares de Figueiredo Gomes e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/3/2023 a 31/3/2024 (13 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

## 1. ESTRUTURA FUNCIONAL

### 1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti	Ato TRT13 SGP nº 079 - 2/6/2023

Registre-se que o Juiz Marcello Wanderley Maia Paiva atuou na Vara do Trabalho de Itaporanga, na condição de Juiz Titular, até o dia 1º/6/2023 (Ato TRT SGP nº 078/2023), sendo removido, a pedido, para a Vara do Trabalho de Catolé do Rocha.

### 1.3 Servidores lotados na Unidade

A Vara do Trabalho de Itaporanga conta, atualmente, com **9** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Caio Vinicius de Lima Vieira Florentino	Analista Judiciário	14/7/2023
Ermeson Santos da Cruz	Removido Para Este Tribunal	31/10/2023
Gonçalo de Sousa Pontes Júnior	Técnico Judiciário	25/10/2016
Luana Paula Cunha Pessoa	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	21/6/2023
Maria Madalena Barboza da Silva	Técnico Judiciário – Assistente III	20/8/2008
Nivaldo Freitas Correia de Oliveira	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	5/8/1993
Rita de Cassia Barroso	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	14/6/2023
Silvano José Soares de Figueiredo Gomes	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	8/6/2023



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Terezinha Oliveira Remigio	Técnico Judiciário – Calculista	13/4/1993
----------------------------	---------------------------------	-----------

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual no Sistema PJe. Informou, ainda, que a Unidade utiliza a ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância - WIKI-VT. Por fim, destacou que a Unidade está implementando a adoção de boas práticas, como a utilização do Sistema Hórus, que tem auxiliado significativamente na gestão dos processos e no acompanhamento das metas estabelecidas.

## 2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte:Hórus)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a Vara do Trabalho de Itaporanga contabilizava, em 31/3/2024, um acervo processual de 287 processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	133
Fase de Liquidação	22
Fase de execução	129
Cartas precatórias e de ordem	3
<b>TOTAL</b>	<b>287</b>

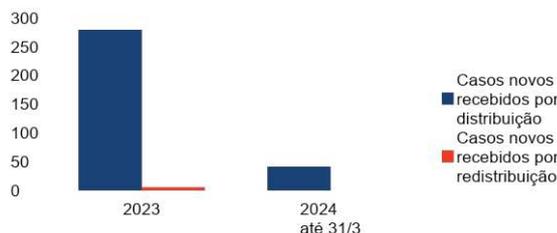
### 2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

#### 2.1.1 Casos novos

Item	2023	2024 até 31/3
Casos novos recebidos por distribuição	279	41
Casos novos recebidos por redistribuição	5	-
<b>TOTAL</b>	<b>284</b>	<b>41</b>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**



No período correccionado, há registro de 4 processos recebidos com sentenças anuladas e 4 processos com sentenças reformadas pela instância superior, abaixo relacionados:

Sentenças anuladas	Sentenças reformadas
0000131-27.2023.5.13.0019	0000488 -46.2019.5.13.0019
0000260-32.2023.5.13.0019	0000238 -71.2023.5.13.0019
0000132-12.2023.5.13.0019	0000288 -97.2023.5.13.0019
0000269-91.2023.5.13.0019	0000273 -31.2023.5.13.0019

A seguir, gráfico contendo a relação entre o número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correccionado (março/2023 a março/2024):



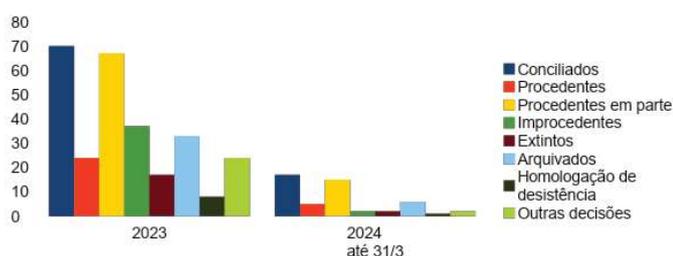
**2.2 Resolvidos na fase de conhecimento** (Fonte: Hórus)

Item	2023	2024 até 31/3
Conciliados	70	17
Procedentes	24	5
Procedentes em parte	67	15
Improcedentes	37	2



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**

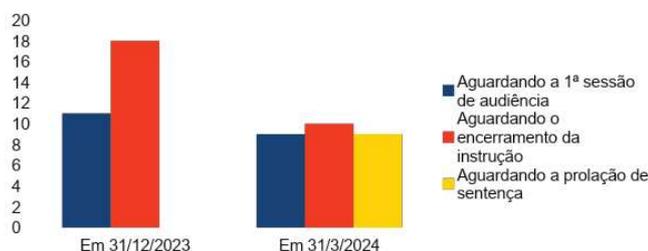
Extintos	17	2
Arquivados	33	6
Homologação de desistência	8	1
Outras decisões	24	2
<b>TOTAL</b>	<b>280</b>	<b>50</b>



### 2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2023	Em 31/3/2024
Aguardando a 1ª sessão de audiência	11	9
Aguardando o encerramento da instrução	18	10
Aguardando a prolação de sentença	-	9
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>28</b>



### 2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados\*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2023	2024 até 31/3	Variação (%) 2023/2024
Fase de conhecimento	150	133	-11,33%
Fase de liquidação	26	22	-15,38%
Fase de execução	130	129	-0,77%

\*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

### 3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	0	0	0	1	0
Conciliação em conhecimento	1	0	2	6	0
Conciliação em Execução	1	2	0	0	0
Una	57	114	84	15	4
Instrução	12	22	14	9	2

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, atualmente a Unidade correicionada realiza audiências de segunda a quarta-feira e, eventualmente, às quintas-feiras.

### 4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Fase de conhecimento	2023	2024 até 31/3
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	25	32
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	29	46
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	46	72
Da conclusão à prolação da sentença	7	4
Do ajuizamento até a prolação da sentença	49	64

### 5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2023	2024 até 31/3
Embargos de declaração	Recebidos	48	7
	Baixados	47	6
	<b>Pendentes</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
Tutela Provisórias	Recebidos	21	3
	Apreciadas	17	1
	<b>Pendentes</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
Liquidação /Execução	Recebidos	10	1
	Baixados	3	6
	<b>Pendentes</b>	<b>6</b>	<b>1</b>

### 6. Recursos interpostos (Fonte: Hórus)

1º/3/2023 a 31/3/2024			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	138	134	5
Recurso adesivo	2	2	-
Agravo de petição	11	9	1
<b>Total</b>	<b>151</b>	<b>145</b>	<b>6</b>

### 7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

ano-base **2023**: **49** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **57** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **52** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **31/3**, é de **48** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **90** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **68** dias. Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **49** dias para o ano base de **2023** e de **64** dias, relativo a este ano de **2024**, até **31 de março**.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2023**, foi de **1240** dias, e de **544** dias, referente ao exercício atual até o dia **31 de março**.

#### **8. FASE DE EXECUÇÃO** (Fonte: Hórus e e-Gestão)

Item	2023	2024 até 31/3
Execuções pendentes	198	14
Execuções iniciadas	114	22
Desarquivados	125	5
Recebidos de outros Órgãos	-	-
Execução de título extrajudicial	-	-
Execuções encerradas	202	20
Remetidos a outros Órgãos	-	-
Processos arquivados provisoriamente	12	1

A seguir, gráfico contendo a relação entre o número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correccionado (março/23 até março/24).



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL



## 9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2023	2024 até 31/3
Acordo	PJe	R\$ 1.204.602,71	R\$ 220.031,14
Espontâneo	PJe	R\$ 103.252,19	R\$ 96.077,50
Execução	PJe	R\$ 360.375,22	R\$ 15.982,03
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 1.668.230,12</b>	<b>R\$ 332.090,67</b>

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2023	2024 até 31/3
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 45.058,70	R\$ 1.321,61
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 156.814,11	R\$ 82.421,86
Imposto de renda	PJe	R\$ 1.038,17	R\$ 259,10
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 202.910,98</b>	<b>R\$ 84.002,57</b>

## 10. DILIGÊNCIAS REALIZADAS PELOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

Verificou a Desembargadora Corregedora que, no período correccionado, foram realizadas, no sistema PJe, 169 diligências. Com base nas informações fornecidas pelo diretor da secretaria, as diligências são distribuídas de maneira automatizada, enquanto a produtividade é registrada automaticamente no sistema.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

A produtividade do oficial de justiça, nos limites estabelecidos pela Recomendação TRT SCR nº 08/2013, apresenta-se assim demonstrada no período correicionado, no PJe:

QUADRO DEMONSTRATIVO DE DILIGÊNCIAS NO JPE (1º/3/2023 a 31/3/2024)			
Oficial de Justiça	Diligências realizadas	Diligências cumpridas	Diligências pendentes em 15/4/2024
Nivaldo Freitas Correia de Oliveira	67	61	-
Ermeson Santos da Cruz	60	60	-
Lucas Vieira Freitas da Silva	19	15	-
Luiz Fernando Alves Oliveira	23	44	-
Silvano José Soares de Figueiredo Gomes	-	4	-

## 11. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

### 11.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou a Desembargadora Corregedora que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/3/2023 a 31/3/2024		
Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	PJe	138
INFOJUD	PJe	4
SIMBA	PJe	-
INFOSEG	PJe	21
RENAJUD	PJe	45
BNDT	Pendentes (PJe)	1
	Incluídos (PJe)	30

## 12. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Meta 1/2023 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	97,09%
Unidade Correicionada	<b>92,40%</b>

<b>Meta 1/2024 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	77,86%
Unidade Correicionada	<b>109,76%</b>

Para efeito de controle da **Meta 1/2024**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **41** casos novos (por distribuição) e **45** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de R\$ 109,76%.

<b>Meta 2/2023 – Identificar e julgar, até 31/12/2023 pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos 1º e 2º graus</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,38 da Meta 2
	99,86% dos processos distribuídos até 31/12/2021
Unidade Correicionada	<b>107,53%</b> da Meta
	<b>100%</b> dos processos distribuídos até até 31/12/2021

<b>Meta 2/2024 – Identificar e julgar, até 31/12/2024, pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022, nos 1º e 2º graus e 98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos (2020) ou mais.</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	106,43 % da Meta 2
	98,97% dos processos distribuídos até 31/12/2022
Unidade Correicionada	<b>107,53%</b> da Meta 2
	<b>100%</b> dos processos distribuídos até 31/12/2022

<b>Meta 3/2023 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2020/2021, em 1 ponto percentual</b>
---



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

IPC – Índice de processos conciliados – <b>índice de conciliação: 40% em 2023</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	87,14% da Meta 3
	34,86% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	<b>103,49%</b> da Meta 3
	<b>41,40%</b> de índice de conciliação

**Meta 3/2024 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2021/2022, em 0,5 ponto percentual**

IPC – Índice de processos conciliados – <b>índice de conciliação: 38% em 2024</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	114,42% da Meta 3
	42,19% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	<b>152,15%</b> da Meta 3
	<b>56,10%</b> de índice de conciliação

**Meta 5/2023 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 1 ponto percentual, exceto execuções fiscais, em relação a 2021.**

Unidades de primeiro grau do TRT	112,88%
Unidade Correicionada	<b>170,85%</b>

**Meta 5/2024 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente**

IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	49,36%
Unidade Correicionada	<b>64,98%</b>

Indicadores								
Período	BaixCon	BaixExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL	
2024-01	21	7	50	65	70,42	90,28	80,42	
2024-02	20	13	45	62	52,32	75,61	63,69	
2024-03	25	6	37	64	35,92	71,11	52,33	

## JUÍZES

### 13. AFASTAMENTO DE JURISDIÇÃO

#### Juiz Titular



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOAdm	12/4/2023 a 1º/5/2023	20
Férias	SAOAdm	28/6/2023 a 17/7/2023	20
Férias	SAOAdm	3/10/2023 a 22/10/2023	20

### 13.1 Assiduidade dos magistrados (Fonte: Hórus)

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face do Magistrado Titular e dos demais Juízes que atuaram na Vara durante o período correicionado.

### 13.2 Audiências realizadas (Fonte: Hórus)

	Una	Encerramento da Instrução	Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti junho/23 a março/24	213	45	58	1	15	17	349
Marcello Wanderley Maia Paiva março a maio de 2023	36	-	-	-	4	4	44

### 13.3 Incidentes julgados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação Execução	Total
Marcello Wanderley Maia Paiva março a maio de 2023	14	8	2	24
Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti junho/23 a março/24	31	7	7	45
Mariana Petit Horácio de Brito	-	1	-	1
Alexandre Roque Pinto	1	-	-	1

## 14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados (Fonte: Hórus)

### 14.1. Processos solucionados (1º/3/2023 a 31/3/2024)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Magistrados	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Adriano Mesquita Dantas	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Alexandre Roque Pinto	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti <b>junho/23 a março/24</b>	54	14	67	25	9	36	5	25	235
Marcello Wanderley Maia Paiva <b>março a maio de 2023</b>	23	14	8	11	-	2	3	9	70

No período compreendido entre junho/2023 e março/2024, o Juiz Titular, Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti, laborou 203 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,16 processo/dia. O então Juiz Titular, Marcello Wanderley Maia Paiva, laborou 101 dias, no período de março a maio de 2023, perfazendo uma média de produção correspondente a 0,69 processo/dia. Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

#### 14.2 Processos solucionados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	161
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	117
Homologação da Transação Extrajudicial	18
Consignação em Pagamento	6
Embargos de Terceiro Cível	2
Petição	1



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Reintegração / Manutenção de Posse	1
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	1

### 15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças líquidas	%
Alexandre Roque Pinto	1	100%
Marcello Wanderley Maia Paiva - março a maio de 2023	18	81,81%
Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti - junho/23 a março/24	81	100%

### 16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
Adriano Mesquita Dantas	1
Alexandre Roque Pinto	1
Marcello Wanderley Maia Paiva - março a maio de 2023	235
Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti - junho/23 a março/24	70

#### 16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 6 dias

Magistrado	Dias
Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti- junho/23 a março/24	6
Marcello Wanderley Maia Paiva - março a maio de 2023	8
Alexandre Roque Pinto	5

### 17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2023 e a presente correição, foi realizado o único ciclo do Observatório de 2023, no mês de novembro, tendo o Juiz Titular da Unidade correicionada enviado resposta no dia 13/12/2023, destacando que a Unidade tem envidado esforços para a redução do tempo médio de duração do processo na fase de execução, adotando alguns procedimentos específicos, dentre eles, a inserção de processos em pauta de conciliação e revisão de processos sobrestados e



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

em arquivo provisório. Mencionou, ainda, que a equipe tem envidado esforços para o cumprimento das Metas do CNJ e que tem adotado as providências para sanar as inconsistências apontadas na ata do observatório, orientando os servidores a utilizarem o GIGS e Chips para o controle efetivo e eficaz na prestação jurisdicional.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria Unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

## 18. PROJETO GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n.º 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrado o seguinte, entre março de 2023 e março de 2024 - 13 meses:

<b>Movimentação</b>	<b>Valor total</b>
Outros beneficiários	R\$ 2.744,46
Pagamento ao advogado	R\$ 686,50
Pagamento ao perito	R\$ 609,45
Pagamento em favor do reclamado	R\$ 33.963,71
Pagamento em favor do reclamante	R\$ 5.446,98
Recolhimento de contribuições previdenciárias	R\$ 25.265,12
Recolhimento de custas processuais	R\$ 628,78
Recolhimento de imposto de renda	R\$ 1.140,32
Valor convertido em renda - União Federal	R\$ 1.036,36
Valor transferido para outro processo trabalhista de outra Vara do Trabalho	R\$ 748,21
Valor transferido para processo da Justiça Federal	R\$ 7.494,08
<b>Total</b>	<b>R\$ 79.763,97</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 004/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários.

A Corregedora destaca a necessidade de que sejam adotadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como o registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

### 19. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR nº 110/2023 destaca, como item a ser incluso na ata de correição, a participação em cursos por magistrados e servidores. Segundo informações prestadas pela Ejud (PROAD Nº 2291/2024), o Juiz Titular, Eduardo Souto Maior Bezerra Cavalcanti, não participou, no exercício anterior, de cursos voltados à conciliação, mediação e à efetividade da execução, constando, apenas, presença em cursos de formação continuada, pelo período mínimo de 30 horas-aula por semestre (art. 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011), abaixo relacionados.

Magistrado	Descrição - 1º semestre
EDUARDO SOUTO MAIOR BEZERRA CAVALCANTI	Encontro Institucional: A Nova Ordem Constitucional Trabalhista, a Cultura da Paz e os Precedentes Judiciais - 13 a 15/09/2023 - Presencial - 15h30 h/a  CFC sobre O Direito do Trabalho e as Plataformas Digitais  Palestras "Questões Polêmicas na jurisprudência recente sobre indenizações por acidente de trabalho e doenças ocupacionais" e "O trabalhador não é invisível. Todo acidente de trabalho deve ser notificado" - 06/11/2023 - 4h/a

Os servidores Ermeson Santos da Cruz, Gonçalo de Sousa Pontes, Maria Madalena Barboza da Silva e Terezinha Oliveira Remígio, lotados na Unidade



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

correicionada, não participaram de capacitações, consoante informado pela Ejud (PROAD Nº 2291/2024) e Segepe (PROAD 2292/2024), em 2023.

Servidores	Descrição
CAIO VINICIUS DE LIMA VIEIRA FLORENTINO	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA JUL/2023) / ENAP TRT - CÁLCULOS TRABALHISTAS NO PJE-CALC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA / CIDADE APRENDIZAGEM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA / CIDADE APRENDIZAGEM INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA JUL/2023) /ENAP DIREITO ADMINISTRATIVO / CIDADE APRENDIZAGEM DIREITO CONSTITUCIONAL /CIDADE APRENDIZAGEM DIREITO DO TRABALHO / CIDADE APRENDIZAGEM INTELIGÊNCIA EMOCIONAL (TURMA FEV/2023) /ENAP
LUANA PAULA CUNHA PESSOA	TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL
NIVALDO FREITAS CORREIA DE OLIVEIRA	TRT - ENCONTRO INSTITUCIONAL: A NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL TRABALHISTA, A CULTURA DA PAZ E OS PRECEDENTES JUDICIAIS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - FLUXOGRAMA PARADIGMA DE LIQUIDAÇÃO E DE EXECUÇÃO: UMA ALTERNATIVA PARA A EFETIVIDADE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
RITA DE CÁSSIA BARROSO	TRT - AS SEIS COMPETÊNCIAS DO NEGOCIADOR DE EXCELÊNCIA - TURMA JOÃO PESSOA-PB / TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL
SILVANO JOSÉ SOARES DE FIGUEIREDO GOMES	TRT - TÉCNICAS AVANÇADAS DE EXECUÇÃO TRABALHISTA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE: TELEPRESENCIAL TRT - ENCONTRO INSTITUCIONAL: A NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL TRABALHISTA, A CULTURA DA PAZ E OS PRECEDENTES JUDICIAIS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO

## 20. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Foram analisados 42 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT13 SCR nº 110/2023, havendo a prolação de 08 despachos correicionais no PJe.

Concede a Desembargadora Corregedora o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pela supervisora da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, não foi registrada manifestação nos últimos seis meses.

## **21. RECOMENDAÇÕES**

### **21.1 Recomendações gerais**

- a) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução, em conformidade com o Ato TRT SCR nº 110/2023;
- b) analisar a possibilidade de aderir à boa prática de inclusão, em pautas de audiências para tentativa de conciliação, dos processos em que há pedido para a homologação de transação firmada entre as partes, a exemplo do processo 0000025-65.2023.5.13.0019, ou quando houver pedido de parcelamento da execução, a fim de possibilitar a remessa do processo para o “Controle de Acordo”, gerando automaticamente a movimentação de sobrestamento;
- c) reforçar com a equipe a necessidade de atenção quando do registro das parcelas de acordo, evitando-se a duplicidade de pagamento, como também o lançamento parcial do valor acordado, inclusive quando houver pagamento a título de honorários advocatícios, evitando o ocorrido nos processos 0000241-26.2023.5.13.0019 e 0000302-81.2023.5.13.0019;
- d) evitar a prática de constrição de bens do executado, inclusive bloqueio e penhora *on line*, sem a devida conclusão para decisão específica no PJe -



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

BACEN / BNDT / SIGILO FISCAL / INDISPONIBILIDADE DE BENS, como ocorrido no processo 0000135-64.2023.5.13.0019;

e) após o transcurso do prazo previsto no art. 883-A da CLT, orientar a equipe a atentar para o artigo 5º do Ato nº 001/2022 da CGJT, vez que a inclusão, alteração e exclusão de dados no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser precedidas de decisão judicial expressa, evitando-se o lançamento do registro por meio de despacho, a exemplo do processo 0000135-64.2023.5.13.0019;

f) orientar a equipe a não anexar decisões/despachos prolatados pelo magistrado como “Anexo” juntado nos autos, evitando o ocorrido no processo 0000044-71.2023.5.13.0019;

g) proceder à revisão dos processos arquivados provisoriamente, atentando para o CHIP “Arquivado Provisoriamente”, eis que não há processos na tarefa “Arquivo provisório”, a fim de dar cumprimento ao disposto na Recomendação TRT13 SCR nº 007/2022, editada em razão da Consulta Administrativa 0000139-62.2022.2.00.0500, que padronizou os procedimentos atinentes à utilização dos fluxos de “Sobrestamento/Suspensão” em vez de “Arquivamento Provisório”, atentando especialmente para a conclusão correta no PJe - “Decisão Sobrestamento/Suspensão”, com o preenchimento do complemento adequado a cada situação;

h) nos processos em que houve expedição de RP/RPV, atentar para o lançamento do movimento específico no PJe 'Quitado o precatório (ID: #{número de ID}) no valor de #{valor da quitação}(50043) ou 'Quitada a RPV (ID: #{número de ID}) no valor de #{valor da quitação}(50044)', como também para o registro do valor efetivamente pago por meio do Menu do Processo/Pagamento, evitando o ocorrido nos processos 0000188-79.2022.5.13.0019, 0000278-87.2022.5.13.0019 e 0000478-02.2019.5.13.0019;

i) orientar a equipe a sanear os processos arquivados com saldos em contas judiciais, atentando especialmente para o devido registro no Sistema Garimpo



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

de todas as contas movimentadas, por se tratar de meio imprescindível para o cômputo dos valores liberados.

## **22. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dessas considerações, a Desembargadora Corregedora observa que a Vara do Trabalho de Itaporanga está empenhada em aprimorar a prestação jurisdicional, com o objetivo de equiparar seus resultados aos índices alcançados por unidades judiciárias de porte similar.

Registra, com satisfação, o cumprimento das Metas parciais 1 (109,76%) e 2 (107,53), parabenizando o magistrado e servidores pelo trabalho desempenhado.

Da mesma forma, destaca-se o excelente índice de conciliação alcançado (56,10%) no ano base 2024, refletindo o cumprimento parcial da Meta 3 estabelecida pelo CNJ, com um percentual expressivo de 152,15%, recomendando, portanto, a manutenção desse desempenho até o término deste exercício, visando continuar contribuindo para a efetividade da justiça e satisfação dos jurisdicionados.

De igual modo, necessário se faz registrar, ainda, que a Unidade reduziu sensivelmente o tempo médio de duração do processo na fase de execução - de 1240 dias em 2023 para 544 dias no atual exercício (janeiro a março). Recomenda-se que seja dada continuidade ao trabalho desenvolvido até o final deste exercício, visando manter e aprimorar os resultados alcançados.

Noutro norte, é importante ressaltar a evolução do tempo de duração do processo na fase de conhecimento, sendo registrado um aumento significativo no tempo médio, do ajuizamento à prolação da sentença, de 49 dias no ano de 2023 para 64 dias no atual exercício. Esse aumento demanda uma análise cuidadosa dos processos e dos procedimentos adotados, visando identificar



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

possíveis causas e implementar medidas corretivas para otimizar a celeridade processual.

Por fim, pontua-se que é de grande relevância a participação do Magistrado Titular e servidores em capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional, especialmente aquelas relacionadas à mediação, conciliação e execução, promovendo uma abordagem mais ágil e eficaz na resolução de conflitos, em conformidade com o Ato TRT13 SCR nº 110/2023.

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Aryoswaldo José Brito Espínola, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pela Desembargadora Corregedora, que deixa assinado o prazo de 10 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações, consoante art. 7º do Ato TRT SCR nº 110/2023.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

**HERMINEGILDA LEITE MACHADO**  
**Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora**



**ANEXO**

**VISTOS EM CORREIÇÃO**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

0000299-29.2023.5.13.0019	0000200-59.2023.5.13.0019
0000025-65.2023.5.13.0019	0000488-46.2019.5.13.0019
0000274-50.2022.5.13.0019	0000024-51.2021.5.13.0019
0000023-61.2024.5.13.0019	0000185-27.2022.5.13.0019
000018-73.2023.5.13.0019	0000503.15.2019.5.13.0019
0000285-79.2022.5.13.0019	0000172-28.2022.5.13.0019
0000240-41.2023.5.13.0019	0000276-20.2022.5.13.0019
0000026-16.2024.5.13.0019	0000011-81.2023.5.13.0019
0000268-09.2023.5.13.0019	0000078-46.2023.5.13.0019
0000053-38.2020.5.13.0019	0000270-76.2023.5.13.0019
0000407-97.2019.5.13.0019	0000186-12.2022.5.13.0019

**VISTOS EM CORREIÇÃO COM DETERMINAÇÃO EM ATA**

0000241-26.2023.5.13.0019	0000442-57.2019.5.13.0019
0000044-71.2023.5.13.0019	0000460-78.2019.5.13.0019
0000302-81.2023.5.13.0019	0000188-79.2022.5.13.0019
0000135-64.2023.5.13.0019	0000252-89.2022.5.13.0019
0000177-21.2020.5.13.0019	0000278-87.2022.5.13.0019
0000225-43.2021.5.13.0019	
0000478-02.2019.5.13.0019	

**DESPACHOS CORREICIONAIS**

0000254-59.2022.5.13.0019
0000139-38.2022.5.13.0019
0000115-73.2023.5.13.0019
0000244-49.2021.5.13.0019



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

---

0000192-82.2023.5.13.0019
0000196-22.2023.5.13.0019
0000110-51.2023.5.13.0019
0000005-74.2023.5.13.0019